

**“I WILL NOT BE SILENCED”:
UMA CENA ENUNCIATIVA DE SOBREVIVENTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL
EM POSTAGENS DE REDES SOCIAIS**

Angie Biondi¹

Resumo: As “escritas de si” são definidas por Margareth Rago (2013) como uma prática emancipatória, no sentido de que os sujeitos que declaram sua experiência a um interlocutor buscam, ao mesmo tempo, se reinventar, costurar sua subjetividade a outras trajetórias, reconhecer conflitos, frustrações e desejos utilizando a narrativa como ferramenta estética e política. Assim, relatar-se é uma experiência intensa e constante de construção de identidades, de novos modos de ser, pensar e agir, em prol da autonomia e emancipação de si. A partir desta perspectiva, este texto procura observar como certas escritas, em geral, acompanhadas de autorretratos, as *selfies*, compõem os relatos de mulheres que sofreram violência sexual e que usam *sites* de redes sociais como um espaço de enunciação de modo a partilhar suas histórias, registrar denúncias e desabafos. Tais relatos circulam na forma de postagens e adquirem cada vez mais alcance por conta das replicações, compartilhamentos e visualizações capazes de instaurar a criação de uma cena enunciativa que permite adensar novas formas de vínculos de escuta e olhar. O material trazido aqui é um recorte da pesquisa e privilegia alguns exemplos dos relatos-postagens vinculados à *hashtag* da campanha *Creating Consent Culture*, entre novembro de 2015 e novembro de 2016. A análise permite notar como tais escritas evidenciam a recusa destas mulheres ao lugar de vítimas e como modulam sua fala à identidade de sobreviventes.

Palavras-chave: Enunciação. Vítima. Violência sexual. Redes sociais

Neste texto² buscamos observar como as mulheres que sofreram violência sexual articulam suas experiências na forma enunciativa dos “relatos de si” ou “escritas de si” (BUTLER, 2015; RAGO, 2013), a fim de modular sua fala à identidade de sobrevivente, na recusa à classificação de vítima que lhe é imputada. Neste percurso, pode-se notar que seus relatos se expandem e se complexificam de modo a instaurar uma cena enunciativa que convoca maneiras de adesão às histórias de dor e sofrimento através de postagens publicadas em *sites* de redes sociais.

O propósito deste trabalho é analisar o material que compõe as postagens da campanha intitulada *Creating Consent Culture* criada, inicialmente, como um espaço para divulgar as ações comunitárias voltadas para a importância do consenso nas práticas sexuais. Porém, o registro de um estupro sofrido e divulgado pela própria coordenadora da campanha durante uma atividade na Cidade do Cabo, na África do Sul,

¹ Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: angiebiondina@gmail.com

² Pesquisa com recursos do CNPq

em 2015, provoca outro direcionamento às postagens subsequentes. A partir daí a rede social da campanha, contando com a colaboração direta de outras mulheres agredidas passa a adquirir um teor testemunhal que nos parece decisivo para refletir as principais linhas de reformulações subjetivas e políticas que comparecem investidas neste contexto.

A *hashtag* #creatingconsentculture começa a ser usada como espaço para registros, denúncias e desabafos de outras mulheres inspiradas na atitude da jovem Amber e estimuladas a relatar seus casos pessoais de agressão. Um aspecto se destaca na observação e discussão feitas na análise deste material: trata-se da centralidade da autoimagem como característica das postagens balizadas pelo teor autobiográfico e que reforça a construção de uma cena enunciativa sobre a violência sexual privilegiando as linhas conversacionais com os demais sujeitos em rede.

Para o recorte do *corpus* empírico foi selecionado apenas um dos *sites* de redes sociais, o Instagram, ressaltando-se que o uso da *hashtag* foi considerado um recurso importante de coleta e análise, pois através dela mesmo usuários que não seguem a página poderiam vincular suas postagens e, deste modo, juntar-se ao coletivo. Esse conjunto coletado resultou em uma espécie de diário de casos captado através do material vinculado à *hashtag*, entre novembro de 2015 e novembro de 2016, do qual trazemos aqui apenas alguns exemplos.

“I will not be silenced”: a performatividade da palavra

Em outubro de 2015, a campanha Creating Consent Culture iniciou uma de suas ações intitulada “Stop rape. Educate”. Foi lançada uma página na internet para divulgar suas atividades e auxiliar na difusão de informações sobre a violência sexual e de gênero. Junto com o *website*, a campanha criou também perfis nos *sites* de redes sociais Facebook, Twitter e Instagram para atualizações gerais. A *hashtag* era usada, principalmente, para registrar e divulgar fotografias e vídeos das ações durante as diversas viagens e visitas. No entanto, no dia 21 de novembro de 2015, a jovem Amber Amour, sofre violência sexual e publica, em seu perfil do Instagram, e também no perfil da campanha através do uso da *hashtag*, o relato da agressão junto com duas fotografias tiradas pouco depois do ocorrido.

A ativista e militante de direitos humanos estava na Cidade do Cabo, na África do Sul, para promover a campanha junto à população local. Ela contou que estava hospedada em um hostel com um grupo de colegas quando encontrou um rapaz que já

havia beijado uma vez. Na conversa, ela diz que o jovem lhe ofereceu o banheiro de sua casa, já que o do hostel só tinha água fria e ela estava, há dois dias, enferma. *“Aceitei, porque a água do hostel onde eu estava hospedada era gelada e, há dois dias, eu estava bastante doente [com intoxicação alimentar]. Só queria um banho quente. Assim que entrei no banheiro, ele forçou meus joelhos. Eu pedi para parar. Mas ele ficou mais violento. Me levantou e penetrou. Pedi para que parasse novamente e comecei a chorar. Quando ele empurrou minha bunda, desmaiei. Acordei alguns minutos depois e o vi tentando rastejar para fora da porta. Quando ele me viu acordada, voltou para acabar comigo no chuveiro”*³.

Ela também postou duas fotografias; uma a caminho do hospital, e outra ainda no leito, enquanto aguardava a realização do exame comprovativo da violência. Na imagem é possível ver parte das pernas cobertas com o lençol do hospital, de cima para baixo, como uma perspectiva em primeira pessoa. A visualização das pernas, em uma posição que se equivale ao olhar da jovem sobre os membros inferiores de seu corpo é apresentada pela ironia da própria Amber: “Minha visão do kit de estupro”, diz.

A repercussão da postagem foi rápida e logo várias páginas de usuários de diversas nacionalidades replicaram o *print* da postagem de Amber. O caso também foi usado pela imprensa de vários países, com matérias em portais de notícias, revistas e jornais. Nesta discussão, é importante destacar que as práticas contemporâneas de enunciação, das quais as redes sociais podem fazer parte, apenas evidenciam a centralidade assumida pela exibição, pela aparência e pela imagem como um valor primordial para a consolidação do lugar de fala dos sujeitos. É no bojo destas relações que se movimentam os processos de sociabilidade contemporânea, sobretudo, no que se refere às demarcações da auto-exposição e da auto-imagem. Se mostrar, se fazer imagem, ainda que seja através de uma experiência violenta, marcada pelas situações de dor e sofrimento, parece constituir um valor importante para que o sujeito, em boa medida, garanta o seu lugar de fala no turbilhão informativo das redes sociais. Deste modo, tais experiências narrativizadas ganham forma (estética, política e ética) através do gesto de “contar-se” e de “mostrar-se”.

³ Todos os excertos dos relatos citados neste trabalho foram traduzidos e estão disponíveis, em página de livre acesso, postados em 21 de novembro de 2015, e liberados pelo Instagram, novamente, em 23 novembro 2015. Disponível em <https://www.instagram.com/ambertheactivist>. Acesso em 06.01.2016.

O que nos importa aqui é observar como estas formas poderiam garantir um estatuto legítimo à fala da vítima, através da autodeclaração, e em que se aproximaria do valor autobiográfico. Além de expressarem certa responsabilidade ética que os sujeitos assumem sobre este tipo peculiar de relato, estas “escritas de si” (RAGO, 2013) na forma de postagens, expressam o modo como os sujeitos manejam a própria imagem, a própria linguagem, expressando-se e expondo-se diante dos outros.

Ao se enunciar Amber assume o risco da sua exibição pondo à prova sua palavra através dos indícios do estupro que sofreu e que compartilha através das fotografias e de seu relato. Deste modo, esta tensão dos limites entre experiência íntima e olhar público colocada pelas postagens fortaleceria o argumento de uma atitude revelatória que é reforçada pelas formas de enunciação que o sujeito encontra hoje e que adensa o que é suposto ser verdadeiro pelas formas da apresentação imediata e direta como seu principal valor. Um ponto importante a ser observado é que o valor autobiográfico destas postagens se redefine no contexto da própria prática. Produzir e compartilhar são gestos que apelam, que convocam, que buscam instaurar uma cena de interpelação. Este sujeito consciente de sua posição de vítima busca produzir ouvintes, seguidores, testemunhas, assim como busca sua ressignificação enquanto sujeito de fala no disputado campo da visibilidade pública.

A esfera pública está constituída em parte pelo que não pode ser dito e pelo que não pode ser mostrado. Os limites do dizível e os limites do que pode aparecer circunscrevem o campo no qual funciona o discurso político e como certos tipos de sujeitos aparecem como atores viáveis (BUTLER, 2006, p.19).

O direito à palavra e à imagem comparece cada vez mais como uma reivindicação dos sujeitos comuns às experiências que compartilham. “Vou continuar a falar minha verdade”, proclama Amber, cuja voz parece multiplicada pelas diversas formas extensivas de compartilhamentos, curtidas e visualizações, que funcionam como medidores pontuais do alcance das postagens.

Na produção da subjetividade contemporânea, o autêntico e o verdadeiro de uma experiência pessoal não estão mais circunscritos à dimensão da intimidade como interioridade, em sua radical preservação e abrigo, mas comparece afirmada pelo valor de apresentação e exposição que assume. Sob esta perspectiva é possível notar que as práticas de exposição do sujeito envolvidas nestas formas de comunicação em rede – a um só tempo midiaticizada, tecnológica e institucional - só adquirem certa relevância na reordenação narrativa, mas também cultural e social de uma experiência violenta, como

da agressão sexual (que passa do recato da dor íntima à exposição da denúncia pessoal), por conta de certa política do olhar que se institui atualmente. Neste contexto, fazer-se imagem, contar sua história, compartilhar, adensa a autoexposição como um valor fundamental no manejo destes diversos recursos tecnológicos disponíveis.

As *selfies* do corpo nu violado na construção da cena enunciativa

Se imagens de vítimas de violência sempre participaram de um contexto discursivo e protocolar com ampla circulação na sociedade ocidental, dado principalmente pelo fotojornalismo, como atentam alguns pesquisadores (LAVOIE, 2011; ZELIZER, 2010), caberia perguntar qual a extensão das modificações destes materiais visuais claramente enunciativos e performativos, quando são produzidos e compartilhados pelas próprias vítimas. Além de observar a palavra, atentar para o uso da imagem fotográfica, da *selfie*, como outro elemento que compõe estas postagens, pode oferecer uma compreensão sobre a articulação entre enunciação e visibilidade que participa da construção deste lugar de fala agora atualizada pela própria vítima.

Ao refletir acerca da expansão massiva das *selfies* nos mais diversos perfis que compõem as redes sociais, André Gunthert (2016), indica que é importante compreender o rápido desenvolvimento do autorretrato instantâneo, não pelo acesso aos dispositivos tecnológicos apenas, mas a partir do gesto de produzir uma imagem que busca instaurar uma forma particular de conversação entre sujeitos. Convocados a participar da situação precisa que a foto postada oferece, os demais usuários ultrapassariam certo limite convencional da representação e seriam provocados a participar, de algum modo, daquela situação exposta e oferecida no “calor da hora”, instantaneamente. Tais imagens, segundo ele, produzem uma mensagem principal que se caracteriza pela situação intersubjetiva que se instaura entre seus espaços, ou seja, dentro e fora da imagem, assim como aos limites temporais de passado e presente do acontecimento, em geral, dados no momento imediato ou pelos vestígios recentes de tal acontecimento e que são trazidos pela foto.

A fotografia executada em um momento preciso não é apenas uma imagem de si, nem apenas uma imagem do local, mas precisamente o registro visual desta articulação efêmera; a relação do ator e a situação, inscrita na imagem (GUNTHERT, 2016, p.154).

Ainda segundo o autor, este tipo de conversação vernacular, prosaica, predominante nas *selfies*, e que circulam nas redes sociais, busca promover justamente a interação e a repercussão entre os demais usuários. Guiado por estes aspectos, convém

ao sujeito autor-personagem – aqui, a vítima de violência, fornecer, através de suas imagens, material que provoque alguma forma de réplica, que incite uma conversação. A proposição de interação dada em uma *selfie*, na situação de violência sexual, em particular, se torna importante na medida em que comporta tanto uma dimensão pessoal quanto fornece aos seus interlocutores materiais sugestivos da situação particular referenciada, capazes de instaurar alguma forma de conversação, relação ou engajamento possibilitado pela suposta proximidade entre os sujeitos que as imagens permitem.

É jogando com as incertezas do enquadramento, dos registros visuais de um manejo ou do amadorismo do ponto de vista, que a *selfie* apresenta um conjunto de falhas visíveis que são rapidamente consideradas como a assinatura do gênero. Estas falhas que as distanciam das regras de composição do retrato, e que lhes conferem o frescor e a originalidade, foram compreendidas como manifestações de autenticidade (GUNTHER, 2016, p.160).

Nos casos analisados da pesquisa, a postagem de Amber é tomada como exemplo por outras jovens que, em seguida, postam seus autorretratos junto aos breves relatos das experiências de agressão sexual que sofreram, vinculados à *hashtag* da campanha. É preciso ressaltar que o uso da *selfie* para compor a postagem se torna um recurso exemplar, inspirador, como de alguém que tem coragem de se mostrar, de se revelar, e por isso mesmo é multiplicado pelas demais usuárias da rede. Em todas estas postagens subsequentes, o corpo nu se torna o personagem central da imagem. Tal qual Amber, outras mulheres expõem partes de seus corpos, nus, em geral, de modo a jogar com o seu papel referencial, já que são relevados como o maior signo da violência sofrida. Assim, o corpo é desta vez oferecido ao olhar público justamente por conta do valor testemunhal que só ele poderia ter, mas que enquanto imagem, se mostra, se desvela ao olhar, na afirmação de sua palavra.

Em um dos *posts*, o plano em primeira pessoa elaborado pela fotografia das pernas envolvidas no lençol do hospital da jovem prestes a fazer um exame verificador dos vestígios do estupro emula a experiência de se ver como Amber, em uma cena circunstanciada pela intimidade e pela dor. Deste modo, cada usuário da rede social poderia, pelo olhar circunstanciado pela *selfie*, ocupar o lugar daquele corpo violado. Encorajadas e inspiradas pela postagem, outras mulheres publicam, pela mesma *hashtag*, seus autorretratos associados aos breves relatos de suas experiências de violações do corpo.

Em outro exemplar observado na pesquisa, no dia 15 de janeiro de 2016, uma jovem posta uma *selfie* despida, em frente ao espelho de um banheiro, destacando, em letras maiúsculas e negrito: “*I will not silence my sexual assault*”. Ela prossegue sua fala e conta que encontrou o rapaz em um churrasco na casa de amigos em um sábado. Depois de algum tempo conversando, o rapaz a conduziu a um quarto, onde tentou despi-la. No entanto, ela diz em seu relato que tentou parar o rapaz e lhe disse que não se sentia preparada, mas foi jogada no chão enquanto ele retirava o calção. Depois de contar os detalhes da agressão, a jovem finaliza sua história declarando o quanto se sentiu “*culpada, confusa e enojada durante dias. (...) Este foi o primeiro cara com quem tive esta experiência íntima que me marcou durante anos. É importante para mim contar minha história porque eu sobrevivi e você também pode*”⁴. Reiterando o caráter exemplar da postagem justificada pelo dever de se revelar e contar sua experiência em nome da verdade, ao final, ela também indexa sua foto na *hashtag* da campanha.

Mas caberia ainda perguntar qual a importância destas mulheres vítimas se revelarem, produzirem e compartilharem imagens de si no contexto peculiar de uma experiência violenta. Uma perspectiva histórica e cultural acerca dos usos do testemunho pode auxiliar a entender este processo. No texto intitulado “À escuta do testemunho”, Claude Romano (2007), indica que no cruzamento entre o uso jurídico e o uso histórico que se desenvolveu nas últimas décadas, o testemunho obteve um novo lugar e um novo estatuto enquanto objeto de conhecimento. Para todas as tentativas de explicação sobre os diversos genocídios que se sucederam, a sociedade ocidental foi obrigada a rever a objetividade da prova como princípio epistemológico. Sob esta perspectiva, o autor retoma a noção semântica de testemunho trazida no exemplo dado por Sócrates, no diálogo de Fedro, onde indica que o primeiro pronome que aparece no testemunho é *autos*, que quer dizer, “em pessoa”, pois somente “em pessoa” se pode testemunhar sobre alguma coisa.

É importante ressaltar, segundo Romano (2007), que esta explicação convoca dois aspectos principais na concepção de testemunho: um deles chama a atenção sobre a natureza de ação que está embutida na noção de testemunho, já que é no ato de testemunhar que alguém se torna uma testemunha, a outra é a condição de presença, *in corpore*, que comparece aliada à palavra que se dá ao outro. Deste modo, é no cruzamento da natureza de ação com a condição da presença que um testemunho pode

⁴ Tradução nossa

ser qualificado como tal. A partir da contemplação destes dois aspectos principais é que o testemunho se faz juramento, sendo este último, um procedimento ritual da prática jurídica. No entanto, diz o autor, o testemunho não é exclusivo do âmbito jurídico e qualquer um pode reivindicar para si o estatuto de testemunha. Porém, fora do ritual jurídico, o que seria juramento advém uma promessa, uma “atestação pessoal” (DULONG, 1998), que prolonga a qualificação do testemunho para além da ação e da presença, mas a complexifica porque superpõe a estas duas, o valor referencial da autodesignação; o “eu estava lá”. Neste caso, o testemunho aparece encarnado na testemunha de modo a tensionar ao limite sua concepção pragmática e discursiva convocando, em primeiro lugar, o compromisso da pessoa para com a palavra dada. É por isso que se apresentar - *in corpore* - se torna um valor de atestação.

Circunscrito nas práticas cotidianas e intersubjetivas, como estas nas quais observamos as postagens em *sites* de redes sociais, um testemunho se produz como uma forma de atestação pessoal mobilizando, ao mesmo tempo, o valor referencial da palavra dada “em pessoa” para com aquele a quem se endereça; demais usuários da rede. Dois aspectos se destacam aqui. Em primeiro lugar, aquele que se designa testemunha, que convoca para si o valor referencial de sua condição “em pessoa” estaria regido pela condição existencial de ser aquilo que se diz porque, de algum modo, viveu o fato. Ou seja, o valor referencial se desdobra valor existencial na medida em que o interdita de prestar seu relato como mera descrição dos fatos, mas ao contrário, o impele a partilhar sua experiência naquilo que ela tem de mais pessoal, isto é, oferecer algo da própria vivência do acontecimento, ou seja, algo vivido da violência.

“A implicação em pessoa do testemunho de sua atestação vai além da verdade dos fatos reportados e da veracidade da palavra enunciada até ao ser mesmo do testemunho, a quem atesta alguma coisa, mas quem, no atestar, atesta também de quem se trata” (ROMANO, 2007, p.23). Em segundo lugar, aquele a quem se endereça pessoalmente, também adquire, por extensão, uma relação de proximidade dada pelo testemunho. Testemunha-se a alguém, ou seja, o endereçamento da palavra visa necessariamente implicar o outro. Como uma produção extensiva, o testemunho busca se ampliar pela escuta. Esta implicação simétrica do testemunho inscreve testemunha e ouvinte/espectador na mesma situação enunciativa. Deste modo, pode-se notar que, fora do âmbito jurídico, fora da prática científica ou judicial, o testemunho é pensado por sua

colocação situacional, concreta, através daquilo que se intercambia entre os agentes de fala/escuta.

Nesta perspectiva, podemos observar que a efetivação de um testemunho não se restringe à uma comprovação, à apresentação de uma prova ou constatação verídica de um fato ocorrido, mas se dá pela instauração de uma situação propriamente enunciativa, de uma cena enunciativa, na qual se engajam os sujeitos de uma fala que se reivindica vivida, real. Articulando esta perspectiva acerca do testemunho como atestação pessoal (DULONG, 1998; ROMANO, 2007) às jovens vítimas em questão pode-se notar que o que está em jogo nestas postagens não é a apresentação de qualquer prova documental quando se apresentam em imagens, nem mesmo o mero registro dos fatos de uma violência sexual. Antes, estas *selfies* mescladas aos breves relatos que compõem suas postagens deixam à mostra o indicativo para a instauração de uma situação enunciativa e conversacional.

Nestas postagens, o que observamos é uma forma de uso da autoimagem a fim de instaurar uma situação enunciativa que reforça a palavra dada pelas histórias contadas e que engaje os sujeitos nas circunstâncias colocadas ali, pelas fotografias em primeira pessoa, como um *vis-à-vis* em cada postagem. Trata-se de um gesto de produção e partilha que anima o ato de contar-se e mostrar-se, ao mesmo tempo, através de sua história de vida; de revelar seu sofrimento, sua dor vivida pautada na circunstância da agressão e, deste modo, juntar-se ao outro, em sua história.

Deste modo, estas *selfies* não comparecem na elaboração de uma prova da violência sofrida, nem mesmo se colocam na pretensão de um valor de verdade irrefutável, como compreendida enquanto valor judiciário. Em boa medida, “a questão do testemunho extrapola amplamente a problemática da prova” (ROMANO, 2007, p.25). As *selfies* que compõem as postagens aqui procuram tão somente pôr na situação enunciativa uma espécie de pacto tácito entre os sujeitos na dinâmica do revelar-se, contar-se, através destas postagens, na qual o ver toma sua parte. O testemunho que comparece configurado na lógica produtiva e mediatizada das redes sociais apresenta, portanto, um “enunciado performativo” (AUSTIN, 1998; BUTLER, 1997); complementa-se: da vítima que dá seu testemunho.

Em troca da oferta do corpo-imagem, referencial da violência no testemunho que se produz e se enuncia, espera-se um olhar de retorno ou uma escuta (ROMANO, 2007). O ato de se prostrar diante de uma câmera e fazer de seu corpo nu a imagem da

experiência violenta sofrida reforçaria, então, o lema da criação da *hashtag* da campanha, anunciada na “criação da cultura do consenso”, que passa tanto pela prática do sexo quanto pela prática do olhar: lembremos que aqui, ambos são consentidos e, por isso, podem ser expostos e afirmados.

Por fim, é importante destacar que neste movimento de compor um valor testemunhal às histórias de violência compartilhadas pela *hashtag* da campanha, o corpo-imagem revelado e exposto nas *selfies* é também o mesmo corpo-imagem que vai ser colocado como agente de certa contraposição, da insubmissão e da resistência às práticas de controle e gerenciamento do que pode ou não ser visível nas redes sociais, ditadas, sobretudo, pelas normas de uma sociedade de consumo que elege o modelo de corpo recatado e silenciado como preferível.

Também inspiradas pelo *post* inicial de Amber, as fotos das jovens são usadas para mostrar um corpo violado, mas que resiste, de algum modo, à agressão vivida e também as demais violências (sociais, estéticas, discursivas) subjacentes. Deste modo, expande-se cada caso de agressão pessoal à crítica mais ampla dos estereótipos e preconceitos que regem o consenso normativo das violências praticadas cotidianamente. Por extensão, se põem em jogo a ativação de um outro olhar que busca a ressignificação deste corpo violado, seja pela auto-aceitação, seja pela reapropriação do olhar do outro.

Nestes exemplares comparecem, então, uma produção de subjetividade das mulheres que recusam a classificação de vítima e procuram se diferenciar e distanciar do corpo que foi tomado pela violência e feito objeto identificador da condição de violado para ser reapropriado, por elas mesmas em outra experiência identitária, como outro corpo-imagem. Como um gesto que tenta se reapropriar da palavra e da imagem, e assim também do próprio corpo, estas jovens buscam reassumir, através da gestão da auto-imagem, de sua fala, seu lugar legítimo de sujeito do discurso, ainda que sob constante risco de serem colocadas pelas diversas formas de invisibilidade das redes. Não por acaso, o caráter de sobrevivente vem substituir e ressignificar o da vítima nas atualizações mais recentes das postagens que se vinculam à *hashtag*. Afinal, *supporting survivors* passa a ser o lema adjunto da campanha.

Referências Bibliográficas:

- AUSTIN, John. Performativo-constativo. In: Paulo Roberto Ottoni. **Visão Performativa da Linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p.107-144
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- _____. **Vida precária. El poder del duelo y da violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. **Excitable Speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.
- DULONG, Renaud. **Le témoin oculaire. Les conditions sociales de l'attestation personnelle**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.
- DULONG, Renaud; DORNIER, Carole. **Esthétique du témoignage**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 2004.
- GUNTHER, André. **L'image partagée. La photographie numérique**. Paris: Éditions Textuel, 2015.
- LAVOIE, Vincent. **Photojournalismes: revoir les canons de l'image de presse**. Canada: Hazan, 2010.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes sociais para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- RECUERO, Raquel; FRAGOSO, Suelly; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- ROMANO, Claude. **À l'écoute du témoignage**. In: Réception et Usages des témoignages. Toulouse: Éditions Universitaires du Sud. p.21-36., 2007.
- SARTI, Chyntia. **A vítima como figura contemporânea**. In: Caderno CRH, Salvador, v.24, n.61, p. 51-61, jan. abril, 2011.
- ZELIZER, Barbie. **About to die: how new images move the public**. Oxford University Press, 2010.